



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

EMPODERAMENTO ECONÓMICO DA MULHER, MOVIMENTO ASSOCIATIVO E ACESSO A FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Isabel Maria Casimiro

Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

isabelmaria.casimiro@gmail.com

Introdução

A pertinência da pesquisa

Desde os tempos mais remotos que as mulheres participam em diversas actividades tendo deste modo estado sempre presentes no desenvolvimento dos países. Tratou-se e ainda se trata duma presença ausência já que as tarefas realizadas eram e são desvalorizadas e interpretadas como um alargamento do trabalho doméstico sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio legal.

Na actualidade, a participação das mulheres em actividades geradoras de rendimento constitui uma resposta aos programas de reajustamento estrutural em vigor desde finais dos anos 80, à pressão económica, à perda de empregos assalariados onde estes existissem, à carestia de vida, ao desmantelamento das políticas sociais, especialmente nos sectores da educação e saúde, à falta de empregos e ao facto dos rendimentos agrícolas por si só não permitirem a manutenção e reprodução social das famílias.

A partir dos anos 90 do séc. XX tem-se verificado uma crescente deterioração das condições sócio-económicas de vida, o que tem levado mulheres e homens, não apenas nos países do chamado Terceiro Mundo, a procurar alternativas para a geração de rendimentos que permitam cobrir as suas necessidades básicas, através de actividades micro-empresariais de variada natureza e características.

Paralelamente a este processo têm surgido diversas entidades e organismos nacionais e internacionais que desenvolvem programas de investigação e de apoio através de vários



serviços virados para este sector crescente e, gradualmente, mais preocupados com as questões de género devido à grande quantidade de mulheres e homens que trabalham como microempresárias/os.

Muitas mulheres desenvolvem actividades económicas a nível de subsistência como auto-empregadas utilizando para tal a tecnologia e o ambiente doméstico, permitindo-lhes cumprir com as suas actividades produtivas e reprodutivas. Contudo, essa situação acaba por limitar o seu crescimento pessoal e a abertura de outras possibilidades. Em circunstâncias diferentes as mulheres desenvolvem actividades de tipo micro-empresarial, ainda que as barreiras sócio-culturais se mantenham, devido às responsabilidades de gestão familiar e doméstica (educação e saúde dos filhos e de outros familiares, confecção da comida, busca de água e lenha, apoio aos mais idosos e nas tarefas da comunidade), o que origina que o tempo disponível para administrar qualquer actividade geradora de rendimento seja sempre menor que a do homem. Apesar da multiplicidade e simultaneidade de tarefas e exiguidade de tempo, decorrentes da divisão de trabalho na sociedade, as mulheres têm conseguido fazer frente às adversidades sócio-económicas e culturais, levando sustento e melhor qualidade de vida para si e suas famílias recorrendo a diversas estratégias que lhes permitem gerar rendimentos através de actividades produtivas.

Esta comunicação traz algumas experiências de mulheres envolvidas em actividades associativas e geradoras de rendimento em Moçambique e é resultado duma pesquisa realizada em 2009 pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane subordinada ao tema “Empoderamento Económico da Mulher: Estudo de Caso nas províncias de Sofala e Zambézia”.

A pesquisa tinha como objectivo verificar o empoderamento das mulheres na economia das províncias de Sofala (distritos de Búzi e Chemba) e da Zambézia (distritos de Namacurra e Gurué) através do controlo de algumas iniciativas económicas endógenas e exógenas, analisando o tipo de acesso que as mulheres têm tido aos fundos económicos ou iniciativas similares – especialmente o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), iniciado pelo Governo em 2006 - a utilização destes fundos e o impacto



nas suas vida, das famílias e comunidades, questionando como as mulheres desafiam as normas culturais existentes através da sua participação em processos de tomada de decisão que garantam um maior controlo sobre as suas vidas.

1. Balanço teórico e perspectivas analíticas

O processo de globalização e de reestruturação económica, que o mundo viu acelerar-se a partir da década de 70 e que se instalou depois de meados dos anos 80 e na década de 90 através dos modelos neo-liberais, tem produzido impactos desiguais à escala local e individual e com consequências diferenciadas para mulheres e homens. Apesar das inovações ao nível dos processos de trabalho, das tecnologias de comunicação e informação e das condições que se têm criado para reduzir a dureza do trabalho, os processos económicos globais têm incentivado a proletarização ou semi-proletarização e a crescente desigualdade à escala mundial, o desemprego, o aumento da migração internacional, a feminização da força laboral, a formação e recomposição das classes sociais a nível nacional e internacional, e a crescente importância das redes globais. A reestruturação económica desencadeou o aumento da quantidade total de trabalho realizado, o aparecimento de novas divisões de trabalho bem como uma distribuição mais desequilibrada de todas as formas de trabalho ao nível dos agregados familiares. E as divisões de trabalho dentro e entre as famílias mudaram do mesmo modo que as divisões de trabalho a nível internacional (Santos 2001, Santos 1995, Martínez, Moya e Muñoz 1995: 79, 96).

Os membros dos agregados familiares desenvolvem estratégias de sobrevivência diversificadas que podem incluir o envolvimento no mercado de trabalho, temporário ou não, poupanças, empréstimos e investimento, actividades produtivas e reprodutivas, estratégias combinadas de rendimento, trabalho e de recursos. As mulheres dinamizam a criação e participação em redes sociais, associações ou redes económicas com base na reciprocidade, para mais facilmente aceder a recursos sobretudo financeiros que permitam a manutenção dos seus agregados familiares, mas também, efectuem investimentos de vária ordem que de outro modo não conseguiriam devido aos seus fracos rendimentos e quase nenhuma poupança (Kabeer 2003).



Em Moçambique, as políticas neo-liberais introduzidas através do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em meados dos anos 80 e, mais recentemente, do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA I) e PARPA II 2006-2009¹ originaram alterações nas condições sócio-económicas dos cidadãos, nas suas práticas quotidianas, bem como nos sistemas de valores e representações. Estas alterações têm conduzido, no geral, à pluriactividade dos membros das unidades familiares mas com impactos diferenciados para mulheres e homens e de acordo com a sua posição económica, estatuto, idade (Loforte 2000: 137-138).

Estas alterações têm também conduzido ao crescimento do sector não estruturado da economia, ou seja da economia informal, que constitui a principal variável de ajuste do mercado laboral sobretudo nos países do Terceiro Mundo. O aumento do desemprego e do trabalho informal tem sido acompanhado de fortes descidas dos rendimentos laborais e de uma rápida precariedade do emprego; aumentou o trabalho temporário e de tempo parcial e, ao mesmo tempo, baixou a qualidade do mesmo. Se é verdade que a presença das mulheres no pequeno comércio ou comércio a média e longa distância possa recuar, por vezes, até à época pré-colonial em muitos países Africanos é, na actualidade, uma resposta à pressão económica, à perda de empregos assalariados onde estes existissem, à carestia de vida, ao desmantelamento das políticas sociais, especialmente nos sectores da educação e saúde, à falta de empregos e ao facto dos rendimentos agrícolas por si só não permitirem a manutenção e reprodução social das famílias. Há mulheres a realizarem, por questões de pobreza e de sobrevivência familiar, uma multiplicidade de tarefas, as quais constituem um alargamento do trabalho doméstico, sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio legal.

A noção de economia informal tem sido utilizada para cobrir uma enorme variedade de actividades geradoras de rendimento caracterizadas por remunerações ou rendimentos baixos, actividades incertas, irregulares e descontínuas, condições de trabalho estas bastante adversas e desfavoráveis. São actividades que contam com maior proporção de mulheres que homens, realizando a maior parte das vezes tarefas/funções diferentes.

¹ Organizações da sociedade civil participaram em debates sobre a proposta do governo para o PARPA II, 2006-2009 e entre 2010-2011 no PARP III – Programa de Acção para a Redução da Pobreza



Pelo peso que vem assumindo nas últimas décadas, a economia informal, longe de poder ser considerada marginal, residual ou em declínio, constituiu uma parte vital no conjunto da actividade económica desenvolvida pelos vários membros dos agregados familiares (Sen e Grown 1988: 36-38, Loforte 2000: 240-251).

A economia informal é o lugar onde se têm estruturado as novas actividades produtivas, onde se geram novas relações sociais com um maior participação nas decisões a nível doméstico, de solidariedade e de novas legitimidades (Loforte 2000: 251). Ao realizar actividades fora do agregado familiar, as mulheres podem ir adquirindo margens de autonomia que lhes permitam dar sentido às suas condutas e às relações sociais em que se inserem. A sua incorporação no mercado de trabalho, estruturado ou não, permite estabelecer uma nova relação com o social, oferecendo-lhes uma base para a sua valorização individual e social, a possibilidade de maior protagonismo nas instâncias de tomada de decisão o que não acontece, a maior parte das vezes, com o trabalho doméstico (Abreu 1995: 89, WLSA Moç. 1998).

A adesão das mulheres a novas formas de cooperação extra-agregado familiar *empodera-as* por comparação a outros membros do agregado familiar. Muitas mulheres nestes grupos são viúvas ou separadas mas a pesquisa em vários países do mundo revela que as casadas também têm a possibilidade de agir com uma independência considerável dos seus maridos, mantendo orçamentos separados e por vezes até poupanças (Kabeer 2003: 120-121). Esta situação foi constatada através da experiência das mulheres com o Projecto de Fomento de Cabrito, na Aldeia de Mirrepe², mais tarde transformado em projecto de Pulverização dos Cajueiros, em Mirrepe. “Umas mulheres da Associação são mães solteiras, outras os seus maridos não têm ocupação e [a Associação] é uma fonte de rendimentos”. São as associadas que gerem e controlam os fundos e referem não ter tido problemas com os maridos (Casimiro 2008).

As actividades geradoras de rendimento, através de redes sociais fora do agregado familiar, conferem às mulheres melhor possibilidade de negociação, maior grau de autonomia e de poder político, ainda que as relações desiguais de poder, o seu acesso

² Distrito de Angoche na província de Nampula. Pesquisa para a realização do doutorado em Sociologia.



desigual aos recursos e ao crédito, sejam motivos de desavença com os membros masculinos dos agregados familiares (Osório e Mejia 2006, Casimiro, Bonate e Mungói 2007). A participação das mulheres em associações por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos materiais – terra, trabalho e capital – mas também recursos políticos ou sociais acedendo aos mecanismos que lhes assegurem a continuidade do acesso aos recursos. A estima e influência das mulheres numa comunidade está intimamente relacionada com a sua adesão a associações extra-domésticas, mais ‘activas’, com origem e propósitos económicos, através de ligações horizontais e não verticais entre os seus membros (apesar de existirem associações ‘defensivas’ baseadas na exclusão das mulheres das redes masculinas). Tal é o caso, por exemplo, das associações de crédito rotativo, tipo *xitique*³, ou de diversos tipos de trabalho que promovem, e não apenas protegem, a sua posição ao nível do agregado familiar e da comunidade (Kabeer 2003: 121-122).

As investigações que têm sido realizadas em África, a partir dos anos 70 do século XX, têm revelado que não é possível continuar a falar de instituições neutras quanto às relações sociais entre mulheres e homens, as relações sociais de género, uma vez que a sua participação na vida económica, política, social, religiosa é diversa e tem mudado ao longo do tempo e do espaço. O estudo dos modelos de participação e dos diversos interesses e estratégias de mulheres e homens, a distribuição de direitos e responsabilidades e as suas implicações nas relações com os que os rodeiam e com a sociedade como um todo, tem obrigado a novas conceptualizações que consideram as relações de género como uma categoria fundamental para a análise da sociedade e dos processos de acesso e de participação na tomada de decisão. A capacidade que as mulheres têm para tomar decisões – participar em órgãos de poder a nível local, participar num projecto gerador de rendimentos, por exemplo – depende do tipo de ajuda de que dispõem, por parte da família alargada ou de amigas, se está casada ou não, do tipo de casamento, do ciclo da sua vida, do seu estatuto e posição social, da vida em meio urbano ou rural, da crença religiosa professada pelo grupo familiar, da sua

³ Designação em língua changane que se refere a uma prática endógena de poupança envolvendo sobretudo mulheres.



educação, das suas vivências e das experiências históricas da sua região (Casimiro 1999: 1-2).

As mulheres podem considerar estratégico evitar situações potencialmente conflituosas com os homens, por reconhecerem que as regras do jogo estão contra elas e pelo facto dos custos da confrontação serem demasiado elevados. A sua segurança, a longo prazo, pode pois depender da sujeição do seu bem-estar pessoal da figura da autoridade masculina, o que representa uma estratégia consciente ou também uma avaliação do seu valor, em tanto que mulheres (Kabeer 2003: 227). Por estas razões, a sua participação nos processos de tomada de decisão, o seu activismo político, pode assumir características que escapam às definições convencionais porque são, a maior parte das vezes, silenciosas e invisíveis, e relacionadas com o agregado familiar, com as estratégias de sobrevivência que desenvolvem para melhorar as condições de vida da família. Esta tensão entre liberdade e necessidade, entre o grupo, a comunidade e o indivíduo obrigam a uma aprendizagem de como e quando considerar os outros interesses, como e com quem negociar, quando e com quem estabelecer alianças mas, ao mesmo tempo, constitui um terreno privilegiado para exercitar práticas democráticas (Henriquez s/d).

As experiências variadas de associativismo revelam o surgimento de uma consciência sobre o papel das mulheres como produtoras de riqueza e maior visibilidade, num processo dinâmico de mudanças complexas e geradoras de conflitos e de novas situações também causadoras de tensões a que é necessário fazer face (Osório e Mejia 2006: 89, 92). Uma mulher entrevistada em Angoche dizia que a situação económica ‘empurra’ as mulheres para o trabalho fora de casa, o que era impensável antes, permitindo-lhes adquirir, gerir e controlar os bens necessários à sua sobrevivência, considerando-a positiva, mas resultando igualmente em maiores dificuldades nomeadamente para contraírem casamento (Casimiro 2008).

Ana Loforte na sua pesquisa sobre as relações de género e poder entre os Tsonga de Moçambique adianta que, num contexto de crise económica no País, de fraca capacidade de intervenção por parte do Estado e devido à exclusão no acesso aos



serviços e aos sistemas de protecção social e institucional, os cidadãos desenvolvem alternativas variadas de sobrevivência.

“Gerando laços sociais através destas redes, criam-se associações informais de carácter económico e social onde os seus membros se arrogam ao direito de exercer as suas funções com procedimentos próprios, negociando e defendendo os seus interesses. Para as mulheres, algumas destas associações permitem o acesso a recursos básicos como a posse da terra, de insumos agrícolas, de instrumentos de produção e créditos; elas estão ainda presentes em organizações partidárias e religiosas, mediando conflitos, aconselhando e confortando os necessitados. A importância não só numérica, mas também em termos de liderança nestas associações, faz com que a sua posição nas redes de poder no interior da comunidade seja transformadora: ela pressupõe novos saberes, novas informações. (...) O seu envolvimento rompe ainda com a sua condição de invisibilidade pública” (Loforte 2000: 250).

2. Desafios da pesquisa e escolhas metodológicas

A pesquisa desenvolvida pretendeu verificar o empoderamento das mulheres na economia das províncias de Sofala e da Zambézia através do controlo de algumas iniciativas económicas endógenas e exógenas, analisando especificamente como as mulheres desafiam as normas culturais existentes para melhorar o seu bem-estar no contexto da sociedade em que vivem, através do seu envolvimento em variadas actividades associativas e geradoras de rendimento, com o fim de providenciar as suas necessidades e o seu bem-estar e deste modo promover também a economia local. Pretendia-se verificar o tipo de acesso e a existência ou não de discriminação das mulheres aos fundos económicos ou iniciativas similares, como estas os utilizam e qual o seu impacto nas suas próprias vidas, famílias e comunidades.

Desejava-se saber o que está a acontecer no quotidiano das mulheres, que iniciativas locais associativas e de geração de rendimentos estão a ser levadas a cabo, as mudanças e o seu impacto nas suas vidas e da sociedade em geral. Falamos concretamente nos direitos de mulheres e homens, nas mudanças nas relações de género e nas estratégias desenvolvidas pelos vários grupos sociais para tirar benefícios das mudanças, e detectar até que ponto provocaram situações de maior discriminação para as mulheres e/ou novas oportunidades. Pretendeu-se apreender a pluralidade das mudanças e não apenas



uma mudança em função duma escolha conceptual, com o fim de revelar as múltiplas relações internas e as dependências exteriores (Morin,).

Definiu-se como grupo alvo da pesquisa, mulheres solteiras, casadas, separadas, divorciadas, abandonadas, viúvas, e em famílias poligâmicas; mulheres em associações de carácter endógeno e exógeno; mulheres que têm acesso ao OIIL, Micro-Crédito ou poupanças próprias (xitique, grupos de ajuda mútua). As variáveis tiveram em conta a pertença de mulheres a famílias com características diferentes; o movimento associativo das mulheres e as associações de carácter endógeno e exógeno - associações de pequenas produtoras agrícolas, de vendedoras do mercado, artesãs, pescadoras/apanhadoras de marisco, micro-empresas das mais diversas finalidades do sector formal e informal - a poupança com base em xitique, grupos de ajuda mútua ou crédito externo.

A pesquisa adoptou uma metodologia participativa, construída ao longo dos seus vários momentos que englobou, em 2009: a elaboração do Projecto de Pesquisa; discussão no Comité Técnico-Científico⁴; trabalho de campo nas províncias e distritos; análise dos dados pelo grupo da pesquisa; apresentação dos resultados preliminares no Comité Técnico-Científico; regresso ao local da pesquisa com a apresentação e discussão dos resultados preliminares na Beira e em Quelimane; e elaboração do relatório final. Durante o ano de 2010 a equipa apresentou e debateu os resultados da pesquisa em seminários organizados pelo Centro de Estudos Africanos, e um outro pelo Centro de Coordenação para os Assuntos de Género da Universidade Eduardo Mondlane (CeCAGE), sobre Género e Desenvolvimento Local, e no Conselho Técnico e no Conselho Coordenador do Ministério da Mulher e Acção Social.

A metodologia incluiu a discussão do quadro teórico, analítico e metodológico da pesquisa, a revisão bibliográfica e o conteúdo das entrevistas semi-estruturadas a

⁴ O Comité Técnico Científico era constituído pelo Ministério da Mulher e Acção Social, Cooperação Italiana, Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento onde o Centro de Estudos Africanos era então Presidente do Conselho de Direcção, WLSA Moçambique (Women and Law in Southern Africa Research Project), Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE), da UEM, que teve a seu cargo a organização administrativa das duas assistentes de pesquisa, Augusta Maíta e Josina Nhantumbo.



mulheres e homens, com o propósito de aferir aspectos relacionados com a tipologia, participantes e actores, mulheres e homens, que se organizaram em associações e/ou receberam algum fundo de desenvolvimento local, grau de satisfação dos participantes, formas de gestão, actividades desenvolvidas e redes estabelecidas, bem como a auto-sustentabilidade.

Também se entrevistaram mulheres e homens que não tiveram acesso a fundos externos mas que conseguiram organizar actividades geradoras de rendimento, devido à sua pertença a grupos de ajuda mútua ou de tipo associativo durante um período de tempo longo.

Através da revisão bibliográfica procedeu-se ao levantamento da literatura existente sobre o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, OIIL, o Fundo de Desenvolvimento Económico Local, DEL; O Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia, FARE, quer através de relatórios, quer da leitura de jornais, em Maputo e nas províncias em estudo⁵.

Foram seleccionados para a pesquisa os distritos de Chemba e Búzi, na província de Sofala e os distritos de Gurué e Namacurra na província da Zambézia.

3. Poder e Empoderamento

A questão do poder e do *empoderamento* é um aspecto importante na nossa perspectiva teórica e analítica. Uma das temáticas centrais da literatura feminista do século XX tem sido a de estudar não apenas as relações de poder existentes mas também as formas alternativas de perceber e usar o poder, um poder solidário, especialmente no caso das mulheres, a maior parte das vezes invisível, quando analisado através de métodos convencionais. Como algumas feministas têm assinalado, sob a capa protectora da “objectividade”, a ciência dominante acabou por considerar “não científicas”, “subjectivas”, inferiores, as preocupações solidárias porque demasiado femininas, assim

⁵ A revisão bibliográfica esteve a cargo de Amélia Neves de Souto, membro do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.



excluindo também o conhecimento solidário – entendido como as relações interpessoais, o cuidado, a atenção pelas pessoas, o bem-estar de pessoas concretas – que foi sendo utilizado e reproduzido pelas mulheres e também por grupos excluídos da sociedade. Esta questão está relacionada com a dicotomia entre o público e o privado e a diferente valorização do que se considera ser a identidade feminina e a masculina, o ser e o fazer de mulheres e homens. Esta adjudicação de espaços funciona como uma infraestrutura material e simbólica na qual se constituíram o sistema económico e o sócio-cultural e continua a reproduzir-se mesmo quando as mulheres ampliam a sua área de acção e as suas actividades sociais (Alvarez 2000).

Parte-se dum conceito de poder em termos de habilidade para poder fazer escolhas⁶ estratégicas que conduzam a um processo de mudança ao nível individual e de grupos, ao nível das normas das instituições e dos recursos e ao nível das relações estruturais de género, classe, etc. O poder no sentido de processo de *empoderamento* significativo e sustentável, não pode ser analisado apenas ao nível individual mas também ao nível estrutural; não apenas em termos formais – por exemplo a igualdade de direitos assegurada pela Constituição – mas também nas regras e relações que prevalecem nas esferas pessoais, sociais, económicas e políticas da vida, nas estruturas mais profundas e escondidas, que conformam a distribuição de recursos e poder e que o reproduzem, ao longo do tempo, traduzindo-se em impactos significativos na gama de possibilidades viáveis para todos os indivíduos numa determinada sociedade (Kabeer 2001).

O poder de escolher, de ter autonomia, equaciona a possibilidade ou não que as mulheres têm de tomada de decisões, enquanto mulheres, com direitos e deveres, na família, na comunidade, ou sociedade. Define, por isso, um caminho próprio, e não imposto, que reconheça e respeite os direitos das mulheres no seu processo de procura de melhores condições de vida para si, para as suas famílias ou comunidades. A capacidade para definir o seu próprio caminho, tomar as suas próprias decisões, reconhecendo e respeitando os direitos dos outros, num processo de procura de

⁶ Naila Kabeer chama a atenção para o facto de que a escolha tem conotações neo-liberais fortes, mas uma outra noção de escolha está também implícita na distinção Marxista entre a “esfera da necessidade” e a “esfera da liberdade”. A escolha a que aqui se faz referência afasta-se da visão individualista e articula-se com o processo de *empoderamento* que implica mudanças ao nível individual e do modelo cultural vigente (Kabeer 2001, Léon 2001, Hooks 1989).



melhores condições de vida para as mulheres, para os homens, as famílias e as comunidades, refere-se a e dinamiza toda uma série de processos, como por exemplo, de individualização, identidade e *empoderamento* (*empowerment*), ou seja, processos de tensão entre liberdade e responsabilidade, entre o grupo, a comunidade, a família e o indivíduo (Casimiro 1999: 5-6).

Ao abordar a questão do desenvolvimento, a Zambiana Sara Longwe propõe uma reconceptualização do conceito, o qual deverá ser pensado em termos de participação nas decisões que afectam o acesso e controlo das pessoas sobre os recursos, e não apenas no que respeita ao acesso aos recursos, à formação, educação ou poder (Longwe 1990). Todavia, o processo de participação na tomada de decisões é moroso, implica negociação e conflito, relações de poder entre os vários actores em presença. Este processo está relacionado com as experiências de participação ao nível dos agregados familiares e comunidades, dos seus diferentes membros, mulheres, homens, jovens, e depende da economia política de cada região e dos momentos históricos. Neste sentido, fala-se de comparticipação no poder e não apenas de acesso a bens de valor, num processo que respeite e promova a habilidade das mulheres definirem as suas próprias prioridades e de fazer as suas próprias escolhas (Kabeer 2003, 2001).

Conclusão

A pesquisa permitiu verificar que as novas formas associativas e de geração de rendimentos endógenas podem ser potencialmente emancipatórias para as mulheres, permitindo-lhes o acesso, controlo e/ou partilha de recursos, a melhoria das condições materiais, a criação de condições para a auto-sustentabilidade e também o acesso a cargos de direcção, fazendo emergir saberes, conhecimentos e práticas ausentes do modelo dominante. Verificámos processos de negociação e de contestação perante a diversidade de práticas e normas, e das mudanças internas que lhes são inerentes, possibilitando-lhes a reprodução do sistema com minimização de riscos sociais. A participação das mulheres em associações sobretudo endógenas ou actividades geradoras de rendimento por si organizadas permite-lhes adquirir não apenas recursos



materiais mas também recursos políticos ou sociais que lhes permitem aceder aos mecanismos que lhes garantem a continuidade do acesso aos recursos.

O desafio do modelo dominante capitalista e patriarcal aos vários níveis passa por um recurso fundamental que é a **participação política**, para além do **reconhecimento** das diferenças e **redistribuição**. Todavia, estando as mulheres geralmente excluídas do que é convencionalmente considerado ‘a política’, ficam de fora deste recurso vital, uma vez que as suas actividades ao nível doméstico não são consideradas como políticas, porque a ideologia do patriarcado subalterniza o que as mulheres pensam e fazem para dar sentido às suas vidas, às da família e da comunidade. Não basta pois aumentar a participação das mulheres na política sem a redefinir e sem democratizar os espaços ‘públicos’ onde ‘a política’ tem lugar (Tamale, 2004: 18-19). Mas é também fundamental reconhecer e valorizar as diversas formas que a participação das mulheres assume, os silenciamentos sobre os seus saberes, conhecimentos e práticas, as suas percepções e representações, devolvendo-lhes o necessário protagonismo, através de formas próprias de inteligibilidade e de tradução, que permitam resgatar a imensa diversidade de experiências sociais, de modos de vida e de resistências por si engendrados (Santos, 2002).

É também necessário pensar as actividades geradoras de rendimento fundadas nas práticas informais de economia solidária e *xitique*, alternativas a que os pobres recorrem para o combate à pobreza, mas em que o Estado e os Bancos se eximem das suas responsabilidades, deste modo acabando por reproduzir o emprego informal e precário e em que as mulheres continuam a funcionar como almofadas para apurar os choques dos reajustes estruturais capitalistas (Elson, 1997).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice Rangel de Paiva (1995) “América Latina. Globalización, Género y Trabajo”. In: Todaro, Rosalba, Regina Rodríguez (eds) *El Trabajo de las Mujeres en el Tiempo Global*, Isis Internacional e Centro de Estudios de la Mujer, *Ediciones de las Mujeres* N° 22, Santiago-Chile, pp. 79-90.



ÁLVAREZ, Ana de Miguel (2000) “Movimiento Feminista y Redefinición de la Realidad”, In: *Mujeres en Red*.

ANTROBUS, Peggy (2004a) *The Global Women's Movement. Origins, Issues and Strategies*. Zed Books, Ltd, London and New York.

ANTROBUS, Peggy (2004b) “Gender Equality in the New Millenium: Goal or Gimmick?”. In: DAWN, <http://www.dawn.org.fj/regional/docs/peggyndgpaper.doc>

BONDER, Gloria (2003) “Género y subjetividad: avatares de una relación no evidente”. In: *modemmujer*, Junho 20, 19pp.

BOURDIEU, Pierre (1999) *A Dominação Masculina*, Celta Editora, Lisboa.

CASIMIRO, Isabel e Amélia Neves de Souto (2011) *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. CEA, UEM, Maputo, 2011.

CASIMIRO, Isabel, Liazzat BONATE e Dulce MUNGÓI (2007) “Violência Baseada em Género (VBG) em Moçambique: O caso das províncias de Inhambane e Nampula”. Pesquisa realizada para a CARE International em Moçambique, Maputo, Maio, 94pp.

CASIMIRO (1999) “Relações de género na família e na comunidade em Nampula”. Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Maputo.

DE BARBIERI, Teresita (1991) “Sobre la Categoría Género: Una Introducción teórica- Metodológica”. In: Fundação Carlos Chagas, *Direitos Reprodutivos*, PRODIR, São Paulo, pp. 25-43. Barbieri é socióloga feminista, professora/investigadora da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

ELSON, Diane (1997) “Gender Analysis and Economic in the Context of Africa”. In: Imam, Ayesha, Amina Mama and Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*, CODESRIA, Dakar.

ESPLING Margareta (1999) *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: cases from Urban Mozambique*. School of Economics and Commercial Law, University of Göteborg.

HENRIQUES, Narda (s/d) "Ciudadanas del nuevo mundo: identidades escindidas". Centro Flora Tristán, Perú.

KABBER, Naila (2001) “Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of Women's Empowerment”. In: *SIDAstudies* nº 3, *Discussing Womens's Empowerment - Theory and Practice*, Novum Grafiska AB, Stockholm, pp. 17-57.



- KABBER, Naila (2003) *Reversed Realities – Gender Hierarchies in Development Thought*, Verso, London, New York.
- Lazreg, Marnia (2005) “Decolonizing Feminism”, In: Oyewùmí Oyèrónké, (ed), 2005, *African Gender Studies. A Reader*. Palgrave, Macmillan, New York, pp.67-80.
- LÉON, Victoria Sendón, 2000, “¿Que es el Feminismo de la Diferencia?” (Una visión muy personal). victoria.sendon@nodo50.org.
- LEÓN, Magdalena (2001) “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y del tercer mundos en estudios de género”. Revista de Estudios de Género *La Ventana*, Nº 13, Vol. 11, Julho, 6pp. <http://www.udq.mx/laventana/Laventana.html>, acessado a 14/02/02.
- LOFORTE, Ana (2000) *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. PROMÉDIA, Maputo.
- LONGWE, Sara Hlupekile (1990) “From Welfare to Empowerment. The Situation of Women in Development in Africa: A Post UN Women’s Decade Update and Future Directions”. WID Series Working Papers Nº 204, Michigan State University, Ann Arbor.
- MAGALHÃES, Maria, José (2007) “Entrelaços e Desenlaces nos Quotidianos Femininos de Trabalho, Família e Política”, In: Cunha, Teresa e Celina Santos (Coord.) *Artigo Feminino: Andar por outros Caminhos*, AJPaz, Santa Maria da Feira, Portugal, pp.117-127.
- MARTÍNEZ, Ana S, Juana M^a. R. MOYA e M^a. Ángeles D. MUÑOZ (1995) *Mujeres, Espacio y Sociedad. Hacia una Geografía del Género*, Editorial Síntesis, Madrid.
- MEJIA, Margarita, Conceição OSÓRIO et all (2001) *Mulher e Autarquias*, CEA/DEMEG, UEM, com o apoio da NORAD, Maputo.
- MCFADDEN, Patricia (2001) “Cultural Practice as gendered exclusion: Experiences From Southern Africa”. In: *SIDAstudies* nº 3, *Discussing Womens’s Empowerment – Theory and Practice*, Novum Grafiska AB, Stockholm, pp. 58-72.
- MORIN, Edgar (1998) *Sociologia. A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*. Edição revista e aumentada pelo autor. Publicações Europa-América, Lisboa.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de (1992) *Elogio da Diferença - O Feminino Emergente*. Editora Brasiliense, 2ª Edição, São Paulo.
- Osório, Conceição e Margarita Mejia (2006) “As relações sociais de poder: Um estudo



nas províncias de Inhambane e Nampula”. Pesquisa realizada para a CARE International em Moçambique, Maputo, Maio, 114pp.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002) “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp. 237-280, Coimbra, Portugal.

SEN, Gita e Caren GROWN (1998) *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo*, Co-edição Editora Espaço e Tempo e DAWN/MUDAR, Rio de Janeiro, Brasil.

STEADY, Filomina Chioma (2005) “An investigative framework for gender research in Africa in the New Milenium”, pp.313-331 (Vide Bibliografia).

TAMALE, Sylvia (2004) “Gender Trauma in Africa: Enhancing Women’s Links to Resources”. In: *Gender, Economies and Entitlements in Africa*, CODESRIA Gender

VAN DEN BERGH-Collier, Edda (2007) *Para a Igualdade de Género em Moçambique. Um perfil das Relações de Género. Edição Actualizada de 2006*. Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), Maputo.

Series 2, Dakar, pp. 18-31.

WLSA (1998) *Famílias em Contextos de Mudanças em Moçambique*, DEMG, CEA, UEM, Maputo.